



Poder Judiciário
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães
2ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

Reexame Necessário e Apelação Cível nº 289498-4 - Petrolina

Apelante: Município de Petrolina

Advogado: Victor Samir Fonseca Mendes

Apelado: Aloízio Lopes da Silva

Advogado: Richardson Wilker da Silva

EMENTA: PROCESSUAL CIVIL. PRELIMINAR DE INÉPCIA DA INICIAL REJEITADA DE FORMA UNÂNIME. ESTABILIDADE FINANCEIRA. GRATIFICAÇÃO DE SERVIÇO EXTRAORDINÁRIO. FATOR 140. APLICAÇÃO DA LEI MUNICIPAL Nº 301/91. REEXAME NECESSÁRIO A QUE SE NEGA PROVIMENTO POR UNANIMIDADE DE VOTOS.

1. Trata-se de Reexame Necessário e Apelação Cível em face da sentença que julgou procedente a Ação Ordinária de Cobrança nº 0004258-93.2012.8.17.1130, extinguindo o feito com resolução de mérito, a luz do art. 269, I, do CPC, para condenar o Município de Petrolina ao pagamento dos valores concernentes à diferença entre a quantia que pagou ao requerente a título de estabilidade financeira das horas-extras incorporadas (calculadas pelo fator 180) e o que, de fato, deveria pagar (cálculos pelo fator 140), pelo período correspondente aos últimos cinco anos, quantia que deverá ser apurada em fase de liquidação.

2. Preliminar de inépcia da inicial rejeitada de forma unânime, haja vista o autor ter apresentado a fundamentação jurídica de forma bastante clara.

3. O cerne da presente demanda consiste em verificar a correção nos cálculos da estabilidade financeira das horas-extras incorporadas aos vencimentos do autor, a saber, qual fator deverá ser aplicado, 140 ou 180.

4. A decisão recorrida não está eivada de qualquer mácula, vez que, além de devidamente fundamentada, restou proferida em conformidade aos ditames da ordem processual e à lei de regência, a saber, Lei Municipal nº 301/91, artigos 140, II, 143, II e 153.

5. Reexame Necessário improvido de forma unânime, prejudicado o apelo voluntário.



Poder Judiciário
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães
2ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os autos do Reexame Necessário e Apelação Cível nº 289498-4, acima descritos, ACORDAM os Desembargadores integrantes da Segunda Câmara de Direito Público deste Tribunal de Justiça, na sessão realizada em ____/____/2013, por unanimidade de votos, em rejeitar a preliminar de inépcia da inicial, e no mérito, também de forma unânime, em negar provimento ao Reexame Necessário, prejudicado o apelo voluntário, para manter inalterada a sentença de primeiro grau, nos termos do Voto do Relator e dos demais termos proferidos neste julgamento, que fazem parte integrante do mesmo.

P. e I.
Recife, 21 de 03 de 2013.

Des. José Ivo de Paula Guimarães
Relator



82

Poder Judiciário
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães
2ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

Reexame Necessário e Apelação Cível nº 289498-4 - Petrolina

Apelante: Município de Petrolina

Advogado: Victor Samir Fonseca Mendes

Apelado: Aloízio Lopes da Silva

Advogado: Richardson Wilker da Silva

RELATÓRIO

Trata-se de Reexame Necessário e Apelação Cível em face da sentença que julgou procedente a Ação Ordinária de Cobrança nº 0004258-93.2012.8.17.1130, extinguindo o feito com resolução de mérito, a luz do art. 269, I, do CPC, para condenar o Município de Petrolina ao pagamento dos valores concernentes à diferença entre a quantia que pagou ao requerente a título de estabilidade financeira das horas-extras incorporadas (calculadas pelo fator 180) e o que, de fato, deveria pagar (cálculos pelo fator 140), pelo período correspondente aos últimos cinco anos, quantia que deverá ser apurada em fase de liquidação.

O Município apelante, às fls. 48/54, alega, preliminarmente, a inépcia da inicial por ausência de fundamentação jurídica e, no mérito, aduz, em suma, que, de acordo como art. 69 do Estatuto dos Servidores, estabelecida a duração da jornada de trabalho do demandante em 30 (trinta) horas semanais, o divisor/fator para o cálculo das horas-extras deverá ser de 180 e não de 140. Sustenta, ainda, que os Tribunais Pátrios não têm feito distinção se as horas-extras decorreram de labor diurno ou noturno.

Contrarrazões às fls. 57/64, pela manutenção da sentença.

A Douta Procuradoria de Justiça deixou de emitir parecer opinativo ante a alegada ausência de interesse público a ser tutelado.

É o relatório.

Inclua-se em pauta.

Recife, 11/03/2013.

Des. José Ivo de Paula Guimarães

Relator

Praça da República S/N, 3º andar, Santo Antonio, Recife/PE
CEP: 50.010.040 - Fone: (081) 3419-3201.



Poder Judiciário
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães
2ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

Reexame Necessário e Apelação Cível nº 289498-4 - Petrolina

Apelante: Município de Petrolina

Advogado: Victor Samir Fonseca Mendes

Apelado: Aloízio Lopes da Silva

Advogado: Richardson Wilker da Silva

VOTO DA PRELIMINAR DE INÉPCIA DA INICIAL

Alega o apelante que o autor/apelado se limitou a narrar os fatos e declinar o pedido, sem, contudo, estabelecer um nexo jurídico entre os dois, ou seja, olvidou-se em trazer a lume o fundamento jurídico de se levar a efeito a revisão dos cálculos da estabilidade financeira, tendo por base o fator 140.

Tal alegação não merece prosperar. Pela simples leitura da peça inicial pode-se inferir que o autor indicou como fundamentação jurídica de seu pedido a Lei Municipal nº 301/91, art. 143.

Nestes termos, rejeito a preliminar suscitada.

É como voto.

Recife, 15/03/2013.

Des. José Ivo de Paula Guimarães
Relator



Poder Judiciário
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães
2ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

Reexame Necessário e Apelação Cível nº 289498-4 - Petrolina

Apelante: Município de Petrolina

Advogado: Victor Samir Fonseca Mendes

Apelado: Aloízio Lopes da Silva

Advogado: Richardson Wilker da Silva

VOTO DE MÉRITO

O cerne da presente demanda consiste em verificar a correção nos cálculos da estabilidade financeira das horas-extras incorporadas aos vencimentos do autor, a saber, qual fator deverá ser aplicado, 140 ou 180.

Verifico que a decisão recorrida não está eivada de qualquer mácula, vez que, além de devidamente fundamentada, restou proferida em conformidade à lei de regência e aos ditames da ordem processual.

Para melhor esclarecimento da questão transcrevo os artigos pertinentes da Lei Municipal nº 301/91 sob comento:

Art.140 - Conceder-se-á gratificação:

I - de função;

II - de serviço extraordinário;

III - de representação;

IV - de risco de vida e saúde;

V - de regime especial de trabalho;

VI - pela participação, como integrante ou auxiliar, em comissão, em grupo especial de trabalho, em grupo de pesquisa, de apoio ou assessoramento técnico;

VII - de produtividade;

VIII - de monitoragem, em curso especiais ou treinamento a servidoras municipais;

IX - para diferença de caixa;

X - adicional por tempo de serviço.

PARÁGRAFO ÚNICO - Não acarretará a perda da gratificação o afastamento do servidor municipal nos casos previstos no Artigo 72 desta Lei.

(...)



Poder Judiciário
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães
2ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

Art.143 - O valor-hora, para efeito de pagamento de gratificação de serviço extraordinário, será obtido dividindo-se o vencimento mensal do funcionário:

I - pelo fator cento e oitenta (180), quando se tratar de trabalho diurno;

II - pelo fator cento e quarenta (140), quando se tratar de trabalho noturno;

III - pelo fator cento e vinte (120), quando se tratar de funcionário ocupante de cargo que exija formação de nível universitário.

(...)

Art.153 - Fica assegurada a estabilidade financeira, quanto à gratificação comissão percebida a qualquer título, por mais de cinco anos ininterruptos, ou sete intercalados, a opção de incorporar a de maior tempo exercido, ou a última de valor superior, quando esta for atribuída por prazo não inferior a doze meses, vedada na acumulação com qualquer outra de igual finalidade.

PARÁGRAFO ÚNICO - A Incorporação da produtividade ou horas extras, será assegurada tendo-se como base a média dos pontos ou horas extras, apuradas nos cinco últimos anos. (destaquei)

Ora, não resta dúvida que a decisão atacada guarda perfeita consonância com as normas acima destacadas.

Note-se, por derradeiro, que as alegações do apelante de que os Tribunais Pátrios não têm feito distinção se as horas-extras decorrem de labor diurno ou noturno, aplicando o fator 180, não guardam qualquer relação com a presente demanda, pois a jurisprudência colacionada não faz referência à lei alguma. Dessa forma, deve a Administração Pública atuar de acordo com os ditames legais, que, no caso, é a Lei nº 301/91.

Pelo exposto, voto pelo improvimento do Reexame Necessário, prejudicado o apelo voluntário, mantendo-se inalterada a sentença recorrida.

É como voto.

Recife, 22/03/2013.

Des. José Ivo de Paula Guimarães

Relator